

Superior Tribunal de Justiça

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.265.275 - RS
(2018/0063481-6)**

RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
EMBARGANTE : ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADORES : MARCIA REGINA LUSA CADORE - RS029266
CANDIDO INACIO MARTINS DE OLIVEIRA E OUTRO(S) - RS047510
EMBARGADO : DIFREMEL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
ADVOGADO : NELSON LACERDA DA SILVA E OUTRO(S) - RS039797

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. VÍCIO DE INTEGRAÇÃO NÃO CONFIGURADO. EMBARGOS REJEITADOS.

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos pela ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL contra decisão determinou a devolução dos autos ao Tribunal de origem, nos termos dos arts. 1.040 e 1.041 do CPC/2015, por força da repercussão geral admitida pelo Supremo Tribunal Federal, nos autos do RE 970.343/PR.

O embargante aponta, em síntese, omissão no *decisum* argumentando que no recurso extraordinário referido não será enfrentada a questão da impossibilidade de compensação de precatório originário de autarquia estadual com dívida cobrada pelo Estado. Afirma que “a pretensão recursal da parte contrária diz respeito sobre a possibilidade de compensação de precatório originário de crédito junto a autarquia previdenciária (IPERGS) com débito de ICMS junto ao Estado do Rio Grande do Sul” (fl. 824).

Sem impugnação.

É o relatório. Decido.

Inicialmente, registro que os embargos de declaração foram opostos após a entrada em vigor do Novo Código de Processo Civil, ocorrida em 18/3/2016.

Nos termos do que dispõe o artigo 1.022 do CPC/2015, cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para esclarecer obscuridade, eliminar contradição, suprir omissão de ponto ou questão sobre a qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento, bem como para corrigir erro material.

Deve o embargante, portanto, ao apontar a existência de erro, contradição, obscuridade ou omissão, indicar, de forma fundamentada, clara e balizada, o ponto em que a decisão embargada incorreu no vício alegado, não bastando a mera alegação de existência de vício do art. 1.022 do CPC/2015, com base no inconformismo diante da decisão proferida.

Não há omissão na decisão embargada que determinou a devolução dos autos ao Tribunal de origem para se aguardar o julgamento do RE 970.343/PR (Tema 111/STF da repercussão geral), haja vista a similitude entre a controvérsia dos autos e a afetada pelo Supremo Tribunal Federal (Aplicabilidade imediata do art. 78, § 2º, do ADCT para

Superior Tribunal de Justiça

fins de compensação de débitos tributários com precatórios de natureza alimentar).

A esse respeito, confirmam-se as seguintes decisões: AgInt no AREsp 1182984, Relator Ministro Francisco Falcão, DJe de 08/05/2019; EDcl no AREsp 1014706, Relator Ministro Sérgio Kukina, DJe 06/04/2018.

Diante dos termos do decisão embargada de declaração, conclui-se que a prestação jurisdicional se deu de forma satisfatória, objetivando a parte embargante, por via reflexa, o rejuízo da causa em sede de embargos de declaração, o que não é possível nesta via.

Ante o exposto, **rejeito os embargos de declaração.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de outubro de 2019.

Ministro BENEDITO GONÇALVES

Relator

